



Ata da Sessão Ordinária de Vinte e Um de Junho de Dois Mil e Catorze.

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a assembleia de freguesia de Carapito sob a presidência do senhor José Francisco Lopes Baltazar e secretariada pelo primeiro secretário, Álvaro José Caseiro de Almeida, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

Ponto Dois: Aprovação das taxas para as licenças dos canídeos e ocupação de espaços públicos.

Ponto Três: Outros Assuntos.

A sessão começou com a leitura da ata da reunião anterior. Após a leitura da ata, João Vaz pediu a palavra para dizer que faltou referir na ata que o senhor Paulo Lopes tinha também comprado paralelos à Junta de Freguesia para colocar junto da sua habitação. Não havendo mais adendas à ata da sessão anterior, esta foi aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida ao ponto dois. O presidente da Junta dirigiu-se à assembleia para pedir parecer acerca do valor da taxa a cobrar pela licença de canídeos. Assim, apresentou a proposta de que o valor atual de quatro euros e cinquenta cêntimos se mantivesse inalterado. A assembleia aprovou por unanimidade a manutenção do valor da taxa.

O presidente da Junta expôs depois a situação relativa às licenças de ocupação de espaços públicos, que recentemente passaram a ser competências das Juntas de Freguesia. Após reunião com os restantes presidentes de Junta do concelho, decidiram que iriam propor às referidas assembleias de freguesia a manutenção das taxas cobradas pela Câmara Municipal. Assim, os valores propostos foram os seguintes:

- Licença de ocupação de espaço público em caso de festa: doze euros por dia;
- Requerimento para pedido da licença: vinte euros;
- Licença do recinto: dez euros por dia.

O presidente levou à votação a proposta para os valores citados, que, após debate entre todos os membros da assembleia, foi aprovada por unanimidade.

O senhor António Diogo Tenreiro perguntou ao presidente da Junta se havia alguma alteração no pedido de licenças para ocupação de via pública por parte dos empreiteiros. O presidente da Junta disse que ainda não tinha informações suficientes para poder responder, pelo que logo que soubesse lhe daria as informações.

A seguir, o presidente da Junta transmitiu à assembleia o ponto de situação acerca da atribuição de competências às juntas de freguesia. Assim, disse que após reunião com o executivo municipal, lhe foi transmitido que seriam atribuídos mil duzentos e sessenta e nove euros anuais à junta de freguesia de Carapito. Apesar de o presidente da junta de freguesia de Carapito não ter concordado com o valor e logo o ter transmitido ao executivo



municipal, foi-lhe dito que não haveria qualquer alteração ao mesmo. Então, perguntou depois qual seria a situação se a junta de freguesia de Carapito não aceitasse assumir as competências que lhe foram propostas medidamente o valor apresentado. A essa pergunta foi respondido que a Câmara Municipal assumiria as competências e que as executaria apenas quando pudesse. Tendo em conta a situação, o presidente da Junta disse considerar aceitar a proposta. O presidente da Junta disse ainda que lhe tinha sido transmitido que a Câmara Municipal iria atribuir quatro funcionários seus durante cinco dias por ano, para que estes fizessem a poda de árvores na freguesia e ainda um funcionário de dois em dois meses para a manutenção dos cemitérios. Ainda, a disponibilidade de uma máquina retroescavadora e um carro pesado de mercadorias cinco dias por ano. Quanto ao camião, o presidente da junta achou adequado, mas relativamente à máquina retroescavadora disse que cinco dias anuais não seriam suficientes, pelo que iria pedir que fossem antes quinze dias.

Passou depois a ler para todos os membros da assembleia de freguesia um edital, para que estes transmitissem o seu conteúdo à população, que nem sempre os lê no local de afixação.

Dr. Manuel Gonçalves Igreja, médico veterinário, vai estar presente todas as quartas-feiras entre as dez horas e as doze horas no mercado do queijo, no Mosteiro, freguesia de Pena Verde, para apoio na resolução de questões relacionadas com a agropecuária.

Leu ainda um outro edital:

O presidente da Câmara comunica a toda a população do concelho que, a partir do dia dezasseis de junho do corrente ano, se encontra no município de Aguiar da Beira, entre as dez horas e as doze horas e trinta minutos, um técnico da Direção Regional da Agricultura, para apoio e esclarecimentos relacionados com a agricultura, cartões de gasóleo, candidaturas, subsídios, etc.

Quanto à possibilidade de alcatroamento do caminho para o campo dos Mosqueiros, o presidente da Junta informou que lhe tinha sido comunicado que este iria ser arranjado apenas com tuvenã. Pediu também a todos os membros da assembleia que apelassem à participação nos jogos tradicionais.

Finalmente, e dado que se encontrava presente o senhor Fernando Invêncio, o presidente da Junta disse ser urgente resolver a questão da entrada de água na sede da Junta, vinda do seu terreno, ao que o senhor Fernando Invêncio disse estar disponível para colaborar naquilo que for preciso.

O presidente da assembleia disse ter recebido uma carta para que pudessem ser recebidos, em assembleia de freguesia, os membros fundadores de uma nova associação em Carapito. Assim, e dado que o presidente da assembleia acedeu ao pedido, estavam presentes os senhores e senhoras: António Fonseca Ferreira, Fernando Invêncio da Fonseca, Aldina do Espírito Santo e Cláudia Batista, que juntamente com o senhor António Diogo Tenreiro



tinham constituído a associação. O presidente da assembleia de freguesia pediu que fosse explicado qual era o objetivo da associação e o que esta pretendia da Junta de Freguesia. Antes que algum dos membros usasse da palavra e por forma a clarificar rumores, João Vaz perguntou a todos os membros fundadores da associação se algum deles lhe tinha dado conhecimento da mesma, tendo estes negado. Passou de seguida a responder ao senhor presidente da assembleia a senhora Aldina, que disse que a associação por eles criada tinha o nome de Associação Menina do Rosário de Carapito, estando esta já legalizada. Acrescentou que a associação é de cariz social, pretendendo dar apoio a idosos e todos os que necessitarem, sendo o principal objetivo a criação de um lar de idosos. Disse ainda que não era objetivo de nenhum dos elementos nem da própria associação entrar em colisão com ninguém, mas sim a criação de uma outra mais-valia em Carapito, que levará ainda à criação de novos empregos e a uma melhoria da economia local. Frisou ainda que a associação não tem qualquer cariz político. Relativamente ao apoio que pretendiam da Junta de Freguesia, este seria para já na cedência de um espaço para reuniões dos membros da associação, ao que o senhor presidente da assembleia disse que a sede da Junta de freguesia estava aberta a todas as iniciativas e também estaria para esta nova associação. Depois, a associação pedia que a Junta de Freguesia lhes doasse um terreno para a construção do Lar de Idosos, com pelo menos três hectares de área. O senhor Fernando Invêncio disse que a dimensão do terreno é já a pensar não só na própria infraestrutura, mas também na envolvência, com a criação de jardins, por exemplo. Propôs ainda que o terreno, a ser doado, o fosse na zona da Lameira da Ribeira. A senhora Aldina acrescentou ainda que a comissão instaladora da associação estava aberta à inscrição de sócios e que toda a informação iria ser publicada o mais brevemente possível. Cláudia Batista disse que a ideia de construir um lar de idosos em Carapito vem já de há muito tempo e que achavam que esta seria a melhor altura para avançar com o projeto. O senhor presidente da Junta pediu a palavra e começou por dizer que a Junta de freguesia tinha ficado magoada com o facto de saber da existência da associação por terceiros em vez de pela própria comissão. Disse achar uma boa iniciativa e que apoiava a mesma, não só pela evidente melhoria que traria para a freguesia ao nível da economia, mas também ao nível da qualidade de vida dos mais idosos. Relativamente à doação de um terreno para a concretização da ideia, disse que a Junta de Freguesia estava disponível para o fazer, sendo necessário encontrar a melhor opção. Fez ainda algumas perguntas aos membros da associação, nomeadamente se a associação não tinha fins lucrativos, se já pretendiam apresentar um projeto para a construção da obra e, principalmente, se já tinha assegurado o valor do financiamento inicial. A senhora Aldina confirmou tratar-se de uma associação sem fins lucrativos e que, como estavam numa etapa muito prévia, de momento encontravam-se a angariar sócios e a verificar a disponibilidade de colaboração da Junta de Freguesia para de seguida passarem à próxima fase, que seria o projeto e o financiamento.



O senhor presidente da Junta disse que a confirmar-se a doação do terreno e parceria com a Junta de Freguesia, será necessário haver um acordo onde fique estipulado que o terreno será devolvido à Junta de Freguesia em caso de não aprovação do projeto ou de falta de verbas para o concluir, situação que já se tinha verificado por exemplo nas Caldas da Cavaca. Cláudia Batista disse que esse tipo de acordo seria perfeitamente possível e não via nenhum inconveniente em que este fosse celebrado. O senhor Francisco Sobral perguntou porque é que não tinha sido convidado nenhum elemento da Junta de Freguesia para pertencer à comissão instaladora da associação. Cláudia Batista respondeu que ninguém da comissão tinha mais ou menos valor que qualquer outra pessoa e que os três membros que lançaram a ideia a tinham convidado a ela por trabalhar numa IPSS, sendo, portanto, uma mais-valia para a associação, e considerar-se o facto de a senhora Aldina ser advogada e poder dar todo o apoio legal e jurídico. A senhora Aldina disse ter aceitado o convite dos senhores António Ferreira, Fernando Invêncio e António Diogo de bom grado e que prestaria todos os seus serviços gratuitamente à associação. Concluiu ainda dizendo que, aquando da apresentação dos corpos gerentes da associação, conta com os membros da Junta de Freguesia, bem como de várias outras pessoas que pretendam associar-se e sejam uma mais-valia. O senhor presidente da assembleia disse que a localização do terreno a ser doado iria ser discutida pela assembleia e que depois seria comunicado à comissão instaladora para que esta pudesse dizer se aceita ou não. O senhor presidente da Junta disse que tem a intenção de fazer vários melhoramentos no parque de lazer da Lameira da Ribeira, pelo que terá também isso em conta. Finalmente, ficou decidido que a comissão e a Junta de Freguesia deverão verificar todo o enquadramento legal dos terrenos propostos, nomeadamente se estão categorizados como passíveis de construção, se existe um levantamento dos mesmos, se é possível haver mais que uma IPSS na freguesia ou se os prazos para concurso ao projeto estão a ser tidos em conta. Após cumpridos esses procedimentos, será celebrado o contrato entre a associação e a Junta de Freguesia para que o projeto possa arrancar.

E não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a sessão, pelas vinte e três horas, e, para que conste, lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia: *José Francisco Sobral Batista*

O Primeiro Secretário da Assembleia: *Alvaro Carneiro de Almeida*